

CENTENÁRIO DO ATAQUE AO FORTE DE COIMBRA

Gen RAUL SILVEIRA DE MELLO

1 — No sentido de colaborar na apreciação, divulgação e comemoração de ocorrências brasileiras de invulgar notoriedade, e de alta expressão cívica, aprez-me lembrar que, no corrente ano de 1964, transcorre o centenário de um dos mais graves acontecimentos que conturbaram o governo e a opinião pública brasileira, talvez o maior deles. Refiro-me ao rompimento e ao primeiro choque de armas verificados na guerra de 1864-70 entre as quatro nações ribeirinhas do Rio da Prata. O estado de beligerância ocorreu a 12 de novembro de 1864, pelo apresamento do nosso navio mercante *Marquês de Olinda*, e por expressa declaração do presidente da República do Paraguai, Francisco Solano Lopez, na mesma data.

2 — A primeira versão, conquanto imprecisa e vaga, dessa grave ocorrência, foi dada a conhecer no Rio, pelo *Diário Oficial*, no dia 6 de dezembro, transcrita dos jornais de Buenos Aires, chegados na véspera. Contudo, a 19 o Gabinete Imperial veio a saber da gravidade e extensão dos acontecimentos, por comunicado que lhe transmitiu de Buenos Aires o nosso representante diplomático no Paraguai, já então na capital portenha. Essa comunicação oficial não foi dada a público. No dia seguinte, porém, 20 de dezembro, o *Jornal do Comercio* estampou o longo noticiário da imprensa portenha, chegado no dia anterior, sobre a realidade dos fatos desvendados no Paraguai.

3 — Não se ignorava que o governante paraguaio vinha preparando militarmente a nação, muito mais do que comportava o índice demográfico e cultural do povo. Adestrava milhares de conscritos em campos de concentração. Disponha de arsenais e estaleiros em plena atividade. E encomendara encouraçados na Inglaterra para completar sua frota de guerra.

4 — Ora, tendo o Brasil, em outubro de 1864, intervindo militarmente no Uruguai, Lopez, que se antecipara em protestar contra a realização desse ato de força, por julgá-lo contrário à segurança do Paraguai, rompeu com o nosso governo e entrou em estado de beligerância. Nessas condições, era de prever que, tendo chegado a esse extremo, e preparado como estava para guerra, tomaria, de imediato, a iniciativa das operações. Como e por onde começaria, isto sim, ficou no terreno das suposições. Sabia-se, no entanto, que a República do Paraguai confinava com o Brasil por dois quadrantes. O de Noroeste, pela província de Mato Grosso, e o de Sueste, pela do Paraná. Por um ou por outro poderia investir contra o território

brasileiro. Não lhe era lícito fazê-lo pelas outras duas províncias próximas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sem violar o território argentino, que estava de permeio.

5 — Foi, portanto, pelos jornais de Buenos Aires e Montevidéu que se teve conhecimento de que Lopez dera início à guerra e que o fizera pela província de Mato Grosso, cujas linhas de invasão, rio Paraguai e vale do Miranda, estavam escassamente defendidas. Uma frota de guerra e uma divisão de cavalaria irromperam de surpresa, Mato Grosso adentro, como a levar tudo de roldão. No primeiro encontro de armas, chocou-se aquela contra o nosso velho Forte de Coimbra, mas só conseguiu ocupá-lo à custa de grandes perdas, após heróica resistência e retirada incólume da valorosa guarnição. Desbaratando, a seguir, as mal apetrechadas guarnições de Miranda e Corumbá, e os frágeis barcos da flotilha mato-grossense, as forças paraguaias apoderaram-se em poucos dias do sul de Mato Grosso.

6 — Achando-se, porém, aquela província no longínquo oeste brasileiro, semidespovoado e de precárias ligações terrestres com a capital do Império, não é de estranhar que as informações oficiais, exatas, da invasão, saídas de Cuiabá a 12 de janeiro, só houvessem chegado à Côte a 17 de março de 1865. O relato dos acontecimentos, ansiosamente esperado, causou efeito constrangedor. Desolação e exasperação ao mesmo tempo.

7 — Todavia, um fato de excepcional bizzarria e intrepidez teve o condão de reerguer o espírito de nossa gente e de incitar-lhe os brios. O nosso velho Forte de Coimbra guardara ileso o seu florão de glórias. Não era para menos. Tinha renome em todo o Império. Fundado em 1775, para assegurar o domínio português no sul da Capitania, vivera sempre isolado, numa região selvagem, em perpétua vigilância, longe de bases de recursos, sem apoio tático e logístico, e, muita vez, em regime de pré-guerra. Portara-se, porém, briosamente em todo o tempo. Já em 1801, apesar da grande inferioridade numérica e material, repelira bravamente uma frota naval comandada pelo próprio governador espanhol do Paraguai, Dom Lázaro de Ribera, que ali se apresentara, com a missão de expulsar os portugueses daquela e das mais posições que ocupavam na margem ocidental do rio Paraguai. Coube, outrossim, ao velho Forte, daí por diante, com a ajuda dos índios Guaicurus, nossos aliados, garantir para o Brasil a posse definitiva da região meridional de Mato Grosso, até ao Apa.

8 — Isso pôsto, eis que, transcorrido meio século, coube ainda ao Forte de Coimbra representar ao vivo a primeira cena sanguinolenta da tragédia bélica de 1864-70. Foi, de fato, ali, contra o velho Forte, que se verificou o primeiro bombardeio, o primeiro ataque, o primeiro assalto, o primeiro corpo-a-corpo da série de ações e reações que pontilharam de heroísmo e de luto os seus anos da infausta guerra. A expedição paraguaiá, cujo potencial excedia trinta vèzes o potencial do Forte, desenca-

deou contra êle, durante dois dias de luta encarniçada, todo o pêso dos seus canhões e de suas tropas de assalto.

Antes, porém, de iniciar o ataque, o comandante paraguaio, certo da inutilidade da defesa, mandara intimar o Forte a que se rendesse. A guarnição, no entanto, pela palavra do seu comandante, lhe respondera — Não! Declarando que preferia arrostar as vicissitudes da luta desigual. E, assim decidida, bateu-se bravamente e não se deixou vencer. Esgotando-se-lhe, porém, a munição, viu-se na contingência, para não ser aniquilada, de recorrer à conjuntura extrema que lhe restava: abandonar o Forte e tentar a retirada. Difícil e ousada esta operação naquelas duras circunstâncias! Contudo, por incrível que pareça, a guarnição logrou romper o contacto e safar-se incólume, na calada da noite, como peixe escape da rêde. Fê-lo com felicidade nunca vista, como se houvesse cegado os órgãos de vigilância do adversário e emudecido a sua escuta. E, ainda mais. Saiu ileso da terrífica refrega, sem perda ou ferimento de um só homem, ao passo que as tropas atacantes sofreram o pesado ônus de 42 mortos e 164 feridos. Surpreende, realmente, o confronto desses algarismos, porque o Forte era uma obra antiquada e não possuía casamatas nem abrigos para o pessoal. As baterias e seteiras estavam a céu aberto. O recinto, desprotegido, subia em rampa para o morro, parecendo disposto, ali, a jeito, para alvo das vistas e tiros diretos do atacante.

Malgrado, porém, êsses fatores desfavoráveis, registrou-se aquêlo paradoxal escore: 206 baixas de um lado e ZERO de outro.

9 — O Brasil, por êsse tempo, achava-se empenhado na intervenção no Uruguai contra o govêrno de Aguirre. Não lhe era fácil revidar, de pronto, a agressão de Lopez. E as dificuldades cresciam-lhe de ponto por não confinar com o Paraguai senão pelas fronteiras de Mato Grosso e do Paraná, únicas que lhe davam acesso ao teatro da guerra. Essas fronteiras, porém, e centenas de quilômetros de sertão, para lá chegar, eram despovoados e sem recursos nem estradas de espécie alguma. Difícil situação! Mas o próprio Lopez serviu de instrumento para remoção dessas dificuldades. Fiado no êxito inicial, fãcilmente obtido em Mato Grosso, e contando com a adesão das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, relaxa a continuidade das operações — fator importante na guerra — e deixa escapar a prioridade de iniciativa, que com tanto afã lograra de comêço. Quando decide retomar as operações em abril de 1865, depois de malograr seu pedido de trânsito pelo território argentino, para dar as mãos aos seus amigos no Uruguai, era tarde demais para tão ousado cometimento. A nossa intervenção militar já se havia consumado em 20 de fevereiro com a queda de Aguirre e a ascensão de Flôres, aliado do Brasil, ao poder.

Por êsse tempo, as nossas tropas, livres já do conflito uruguaio, rumavam dali para o Rio Grande, a fim de contrapor-se às de Estigarribia, prestes a ocupar Uruguaiana. Essa arremetida paraguaia, através de Cor-

rientes, em defesa do Uruguai, extemporânea e lerda, foi o comêço do fim para o governante paraguaio, e fator de grandíssima vantagem para o Brasil, por nos haver propiciado a aliança da Argentina, e, destarte, a abertura da linha de operações pelo Rio da Prata, de primeira importância para o êxito da guerra.

10 — Foi daí (2ª fase da guerra) que resultaram as primeiras reações vitoriosas dos aliados: Riachuelo (11 de junho de 65), Uruguiana (18 de setembro de 65), Passo da Pátria (23 de abril de 66). Outrossim, como vantagem puxa vantagem, abriu-se, a seguir, a 3ª fase da guerra, de Estero Bellaco a Assunção, e, por fim, a 4ª fase, nas Cordilheiras, com desfecho em Cerro Corá.

11 — Êstes e os mais episódios e acontecimentos da guerra (1) terão, a seu tempo, as justas e devidas comemorações, dia por dia, ficando todos em pauta, para figurar cada um por sua vez.

12 — Por agora, tenhamos em mira apenas a primeira das grandes comemorações centenárias; apenas esta, cronologicamente a primeira, que é a do Forte de Coimbra. Foi, indubitavelmente, um grande acontecimento. Apliquemo-nos a essa festa jubilar com tanto ardor quanto o exige a magnitude dos fatos ali desenrolados, jamais vistos na história das guerras: uma guarnição que nem capitulou nem foi vencida; uma tropa que lutou sob um dilúvio de ferro e fogo, ficando incólume, sem ser atingida num só homem, como se fôra invulnerável. Sim, tudo isso e mais ainda: uma tropa coesa e destemida, que, face um adversário vigilante e cioso de agarrá-la, rompeu o contacto e pôs-se a salvo, como se fôra invisível.

13 — Cumpre, pois, usemos do tempo que nos resta, menos de um ano, para programar e levar a bom têrmo as providências necessárias à celebração da epopéia de bravura e incolumidade que representaram os defensores do velho Forte nas difíceis jornadas de 27-28 de dezembro de 1864. Façamo-lo com extremos de entusiasmo e de ufania, mas sem uma nota sequer de animosidade que possa ferir os nossos adversários de ontem — amigos de hoje — que ali se portaram também bravamente.

14 — Acima de tudo, unamo-nos num côro nacional de hosanas e ações de graças a Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte, pois foi a ELA que os defensores recorreram nos momentos de apuro, pedindo o seu valimento, e foi ELA, sem sombra de dúvidas, por sua insigne proteção, que os tornou invulneráveis e invictos na refrega, e incólumes na retirada.

(1) A intervenção armada no Uruguai é tida por preâmbulo da guerra do Paraguai. As suas primeiras efemérides precedem e as últimas acompanham, respectivamente, a primeira e segunda fases da guerra guaranítica. Convém, pois, não se esqueça, aquelas efemérides devem ser também lembradas e comemoradas.

15 — Quando, pois, chegarem os dias 27 e 28 de dezembro do corrente ano, centenário do ataque ao velho Forte, comemoremo-los solenemente, lá mesmo, no próprio local histórico dos acontecimentos, contemplando dali, sobre as ruínas do glorioso baluarte, o magnífico panorama que serviu de cenário àquelas duas memoráveis jornadas. E façamo-lo também alhures, com a mesma exultação e galas, por todos os rincões da Pátria. Tratemos, porém, nesses dias de júbilo, tão só do que enaltece os nossos heróis, sem entrar na apreciação das causas nem da inobservância das leis da guerra. Deixemos de parte, ou, pelo menos, silencemos os aspectos polémicos da guerra. Estes assuntos, durante as comemorações, devem ficar na mudez dos arquivos, ou no âmbito dos gabinetes de estudo, a fim de não ofender, nem ao de leve, a memória dos mortos e vítimas da lamentosa tragédia. O de que se trata, isto sim, é de exaltar os nossos heróis por seus feitos de desprendimento, generosidade e bravura. De resto, em nada interessa, e nada acrescenta ao brilho das comemorações, antes as deslustra, revolver as escórias da guerra.

16 — Em consideração, portanto, ao centenário de tão importantes acontecimentos de nossa história, é de esperar que o governo, por seus órgãos especializados, já tenha a postos as equipas de historiógrafos e de organizadores de solenidades, programando e dispondo tudo para que as cenas e feitos da guerra, que o mereçam, venham a receber, a seu tempo, as justas referências e merecidas comemorações.

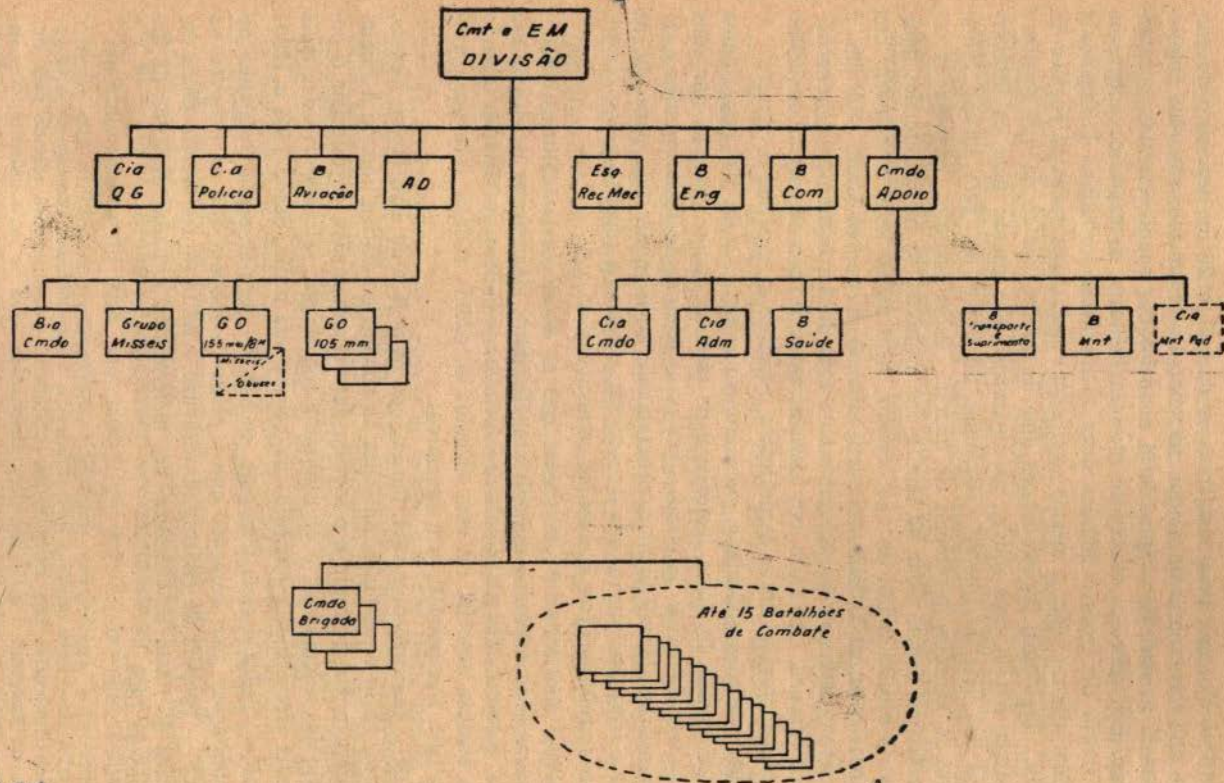
17 — Não é menos de esperar que as entidades de cultura, notadamente as Universidades e Institutos Históricos, inscrevam, desde já, em pauta, o roteiro dos principais acontecimentos bélicos de 1864-70, fazendo dêles menção especial em seus círculos de estudo e dêles tecendo a apologia, para fins patrióticos e educativos.

18 — Indispensável será, porém, que os órgãos de divulgação, jornais, revistas, rádio e televisão, de todos os rincões da Pátria, tomem a iniciativa de explicar o objeto e o sentido das comemorações, de difundir o noticiário das solenidades, e de realizar a reportagem retrospectiva das mais notáveis efemérides e episódios da guerra, dia a dia, desde 1864 a 1870.

19 — Todos e cada um, pois, se hão de engajar nessa campanha de comemorações, sem esquecer que a primeira epopéia que se escreveu na guerra — epopéia de civismo, de bravura e de fé — foi escrita pelos defensores do Forte de Coimbra, nas memoráveis jornadas de 27-28 de dezembro de 1864.

NOTA 1 — Para maiores esclarecimentos e minudências, consulte-se o 4º volume da HISTÓRIA DO FORTE DE COIMBRA, recentemente editado pela Imprensa do Exército, o qual pode ser encontrado, com os mais volumes, nas Bibliotecas Públicas, Institutos Históricos, Quartéis-Generais, Unidades e Repartições Militares.

NOTA 2 — Em novas missivas, voltarei, oportunamente, permitindo-o Deus, a lembrar da intervenção no Uruguai, da invasão de Mato Grosso, e, a seguir, dos mais acontecimentos da guerra, recordando, pura e simplesmente, episódios e efemérides de maior relevância.



 D. 9et

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA MODERNA DIVISÃO